

Brasil o seu nome é Dandara, o legado de Marielle e a opressão histórica sofrida por mulheres negras

Brazil is his name is Dandara, the legacy of Marielle and an historical oppression suffered by black women

Alessandra Monteiro de Castro

Autora

alemonteirodecastro@gmail.com

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo PUC-Rio e Mestranda em Ciências Sociais PUC-Rio.

Ingrid Farias

Autora

Ingrid.farias@gmail.com

Graduanda em Publicidade na PUC-Rio.

Sonia Maria Giacomini

Orientadora

sgiacom@puc-rio.br

Doutora em Sociologia (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro), professora da PUC - Rio.

Resumo

A vereadora carioca Marielle Franco deixou um legado de luta, em busca da representatividade política das mulheres negras no Brasil. Diante de sua morte violenta, percebe-se como esse grupo social ainda sofre devido a uma dupla opressão histórica, de gênero e raça. O carnaval brasileiro trouxe os holofotes para as heroínas negras e indígenas, inclusive a própria vereadora, no entanto, qual é a origem dessa desigualdade?

Palavras-chave: mulheres negras; discriminação; direitos; representatividade; sexualização

Abstract

The city councilwoman Marielle Franco left a legacy of struggle, in search of the political representation of black women in Brazil. Faced with his violent death, one can see how this social group still suffers due to a double historical, gender and race oppression. The Brazilian carnival brought the spotlight for the black and indigenous heroines, including the councilwoman herself, however, what is the origin of this inequality?

Keywords: black women; discrimination; rights; representativeness; sexualization

Introdução

Este artigo visa analisar a trajetória da opressão sofrida pelas mulheres negras americanas e brasileiras. É importante observar a histórica hostilidade vivenciada por essas mulheres tanto no Brasil como nos Estados Unidos, ressaltando que ambos passaram por um processo de escravidão negra. Essa análise traz, como estímulo, o legado da vereadora carioca Marielle Franco, executada no dia 14 de março de 2018. Com a sua morte, houve uma grande retomada nos debates sobre a diferença de acesso aos direitos humanos e civis oriundos de duas formas de opressão: o racismo e o machismo.

A militância e a representação político-social de mulheres negras têm crescido no Brasil e no mundo com a ampliação dos movimentos sociais negros e feministas, a partir dos anos 1970 e 1980. Porém, vale ressaltar que através do nome de Marielle Franco, conhecida como representante de minorias (por dedicar seu mandato à ampliação de políticas públicas destinadas a levar cidadania a grupos minoritários), houve uma retomada nos debates em torno dessa diferença de estima social definida por gênero e raça.

Questões como o estereótipo de pessoa não valorativa e a sexualização dessas mulheres são colocadas em destaque para perceber os entraves do acesso à cidadania e ao reconhecimento social. Diante dessa diferença de acesso aos direitos, Marielle se definiu nas redes sociais como “negra, mãe, mulher e cria da Maré”, alguém que pretendia trabalhar no poder legislativo e representar esse grupo historicamente sub-representado. A vereadora teve uma jornada heroica, sendo protagonista de uma luta contra milícias em seu mandato no Rio de Janeiro.

A história de Marielle Franco teve tanto destaque na militância, nas ruas e universidades que chegou ao Carnaval. Muitos blocos de rua pelo Brasil enaltecem sua figura e pediram justiça depois da sua morte brutal, considerada pela justiça como uma execução de teor político.

Com o refrão “Brasil o seu nome é Dandara”, nome dado à guerreira mítica que teria lutado ao lado de Zumbi dos Palmares por liberdade durante o escravagismo brasileiro, a escola Estação Primeira de Mangueira ganhou o título de campeã ao retratar a história brasileira não contada e ensinada sobre heróis negros, indígenas e mulheres. No refrão foi enaltecido o nome da vereadora que foi a quinta mais votada nas eleições de 2016, com 46.502 votos. Ela era socióloga formada pela PUC-Rio.

O samba da escola, de autoria de Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira e Danilo Firmino, mostrava uma nova versão da história brasileira e,

principalmente, uma valorização de atores sociais pouco vistos nos livros e aulas de história das escolas brasileiras. Diz a letra:

Brasil, meu denço, A Mangueira chegou/ Com versos que o livro apagou/
Desde 1500/ Tem mais invasão do que descobrimento/ Tem sangue retinto
pisado atrás do herói emoldurado/ Mulheres, tamoios, mulatos/ Eu quero um
país que não está no retrato/ Chegou à vez de ouvir as Marias, Mahins,
Marielles, Malês (...)

Durante esta festividade popular, foi destacado o papel de mulheres negras vistas como “guerreiras”, como o caso de Dandara, conhecida como uma ex-escrava que juntamente com Zumbi dos Palmares lutou pela liberdade e o fim da escravidão. O samba não só enfatiza figuras de outras épocas históricas como também faz uma grande homenagem especial a Marielle Franco, sempre presente em disputas políticas por direitos de minorias e preservação dos direitos humanos – mesmo quando essas batalhas eram contra grupos poderosos relacionados à corrupção e à milícia, que podem ter sido protagonistas na morte da vereadora. A luta de uma heroína negra da atualidade foi interrompida quando a militante foi executada no Rio de Janeiro, em março de 2018.

Diante disso, é importante ressaltar e trazer questões ao debate no que tangem as lutas e opressões vividas por mulheres negras no Brasil e também nos Estados Unidos, onde começou um dos primeiros movimentos de mulheres negras no mundo.

Este artigo tem como objetivo analisar questões anteriores e históricas que demonstram como ainda são presentes o racismo e o machismo. Ambos corroem o sentimento de estima e o reconhecimento de atores sociais devido a seu caráter ideológico tão forte na sociedade desde a escravidão da população negra, sendo analisada tanto no Brasil como nos Estados Unidos.

Feminismo negro

A representatividade da mulher negra teve um grande destaque depois da morte de Marielle Franco. No entanto, houve uma retomada sobre essa temática a partir de inspirações oriundas de movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, tanto no Brasil como em outros países.

O movimento feminista negro brasileiro começou por volta da década de 80. Houve uma diferença temporal em relação ao norte-americano, que deu base para a luta de muitas brasileiras. O destaque foi no II Encontro Feminista Latino-Americano, feito no litoral de São Paulo em 1985, em que surgiu o início de uma organização em busca de visibilidade negra

dentro do movimento feminista. Depois, surgiram nomes como a antropóloga e professora Lélia Gonzales e Sueli Carneiro, fundadora e atual diretora do Geledés — Instituto da Mulher Negra.

É possível distinguir um crescente aumento da mobilização e articulação dos grupos de mulheres negras no Brasil depois da ampliação do acesso às universidades através das cotas raciais e com o advento das redes sociais (cf. disponível em: afreaka.com.br).

É observado por Tatiana Raquel Reis Silva e Viviane de Oliveira Barbosa, no artigo “Repensando os feminismos negros brasileiro e norte-americano”, que, dentro do quadro da interseccionalidade, no debate que abriga tanto as condições de gênero, raça e classe, as ativistas norte-americanas foram as pioneiras a observarem a correlação entre esses diferentes segmentos que convergem em opressão, tanto na sociedade americana, como na brasileira (SILVA & OLIVEIRA BARBOSA, 2008)

No campo teórico e político, é de suma importância destacar a filósofa e ativista americana Angela Davis (2016). Ela evidencia a realidade social da mulher negra na sociedade americana a partir de uma ótica relacionada aos papéis sociais exercidos durante o sistema escravagista estadunidense.

Davis (2016) analisa também o movimento de direitos civis negros da década de 1960 e o início do feminismo americano para fazer um paralelo com as condições de vida da mulher negra durante momentos marcantes na história dos Estados Unidos, como o movimento pelos direitos civis negros e de mulheres. Salienta-se que o movimento sufragista feminino era majoritariamente composto por mulheres brancas e de cunho racista.

O preconceito racial presente no início do sufragismo americano foi uma das questões caras. Davis (2016) coloca que muitas das delegadas que participavam da Associação pela Igualdade de Direitos (1866) como ativistas acreditavam que tanto o voto para as mulheres quanto para os negros tratavam de questões de direitos humanos, portanto, ambos deveriam estar em única campanha e luta. Entretanto, o racismo dentro do movimento feminino impediu uma luta unificada de mulheres, negligenciando a mulher negra e a afastando de outras mulheres numa luta por direitos civis. A análise de Davis corrobora com o argumento da autora feminista bell hooks (2015).

Davis cita o discurso do abolicionista Henry Ward Beecher, no qual ele afirma que o voto feminino valeria mais do que o voto negro, pois as mulheres são companheiras e conselheiras dos homens. “A declaração de Beecher revela o profundo vínculo ideológico entre racismo, viés de classe e supremacia masculina, uma vez que as mulheres brancas que enaltece são descritas na linguagem dos estereótipos sexistas dominantes” (DAVIS, 2016, p. 81).

É perceptível, segundo Davis, que o temor de Beecher era uma mudança política oriunda do voto negro. No entanto, caso as mulheres (anglo-saxãs) pudessem votar, manteriam a mesma elite política no poder, pois, Beecher via a mulher como parte do homem, sendo assim, votaria conforme sua educação, ou seja, como seus maridos, os homens brancos. No entanto, a autora contrapõe esse argumento e o coloca como um exemplo forte de machismo e racismo oriundos de uma sociedade americana patriarcal e escravagista (DAVIS, 2016).

Dentro desta ótica, não havia um espaço dentro da representação política em que fosse possível ter uma mulher negra lutando pelo acesso à cidadania e, principalmente, aos direitos humanos. Sendo assim, é importante ressaltar que as mulheres negras sofrem duas opressões: a de gênero e a de raça. Nos Estados Unidos, bell hooks foi uma das pioneiras a questionar isso, e colocou como questão central: “onde as mulheres negras se encaixariam no movimento feminista branco americano?”

Hooks (2015) questiona a falta de representatividade negra dentro do movimento e propõe uma resistência ao feminismo hegemônico, como definiu o movimento feminista liderado e composto por mulheres brancas.

Além da questão racial, ambas as autoras abordam a questão classista, presente na representatividade de Marielle Franco quando se intitula “cria da Maré”. Durante seu mandato, a vereadora optou por trabalhar em projetos de lei destinados a auxiliar os mais pobres, principalmente mulheres. E passou a ser uma figura de representatividade da mulher negra da periferia. Um exemplo é o Projeto de Lei 0017/2017 para criação do Espaço Coruja destinado a cuidar de crianças durante a noite, enquanto os pais saem para trabalhar. A proposta visou famílias mais pobres, onde muitas vezes as mães abandonam oportunidades de estudo ou emprego por não ter com quem deixar seus filhos.

Ainda em relação ao movimento de mulheres, hooks (2015) e Davis (2016) explicam que a diferença de classe entre mulheres negras e brancas era significativa. Enquanto as feministas brancas lutavam contra opressões e violência doméstica durante o início do movimento feminista americano, a preocupação maior das mulheres negras era a garantia de sua sobrevivência econômica e a luta contra a discriminação étnica racial.

As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras. Ambos os grupos têm liderado os movimentos de libertação que favorecem seus interesses e apoiam a contínua opressão de outros grupos. O sexismo masculino negro prejudicou a luta para erradicar o racismo, assim como o racismo feminino branco prejudica a luta feminista. Enquanto definirem a libertação como a obtenção de igualdade social com os homens brancos da

classe dominante, esses dois grupos, ou qualquer outro, terão um grande interesse na exploração e opressão continuada de outros. Nós, mulheres negras sem qualquer “outro” institucionalizado que possamos discriminar explorar ou oprimir, muitas vezes temos uma experiência de vida que desafia diretamente a estrutura social sexista, classista e racista vigente, e a ideologia concomitante a ela. (HOOKS, 2015, p. 208)

A opressão e a falta de acesso aos direitos humanos vividos pela mulher negra americana e brasileira pós-escravidão

Angela Davis conta que as mulheres negras que viviam nas cidades americanas trabalhavam por volta de 14 horas por dia, moravam com os patrões e tinham serviços majoritariamente domésticos. O que mostra, mais uma vez, semelhança com o que viveram no período da escravidão. O relato mostra como a sociedade americana ainda vivia sob a ótica da escravidão, mesmo depois de muitas vitórias do movimento de direitos civis. Dentro desse contexto, a narrativa remete o que Lélia Gonzalez (1984) apresenta em relação aos três papéis que a mulher negra ocupa na sociedade brasileira: “mulata, doméstica e mãe preta de bom coração”.

Assim como bell hooks (2015), Gonzalez (1984) revela a diferença crucial do movimento feminista branco, no qual foi reivindicado o papel doméstico feminino. Apesar de se tratar de uma luta por direitos de um grupo historicamente oprimido, ainda era muito excludente. Enquanto a mulher branca saía para trabalhar fora do lar, fora dos espaços privados, indo em direção ao âmbito público, as mulheres negras cuidariam da casa delas e se manteriam nos trabalhos domésticos.

Lavadeiras, domésticas, babás, camareiras, vendedoras, ambulantes ou zeladoras, essas foram as profissões destinadas às mulheres negras pelo relato de Davis no cenário social estadunidense. A autora mostra diferentes opressões sofridas e, nesta trajetória, um “vestígio” de escravidão com duração de quase um século, apontando também para o conjunto de leis de segregação racial em lugares e transportes no Sul dos Estados Unidos, conhecido como “leis de Jim Crow”, e suas exceções, quando as “serviçais” negras estavam com algum membro da família branca para quem trabalhavam.

Sonia Maria Giacomini aborda a relação entre negras e brancas no contexto da escravidão brasileira, em contexto opressor semelhante ao americano e que deixou consequências vivenciadas nas sociedades americanas e brasileiras até os dias atuais.

Ao contrário do que pretendem os apologistas da benignidade do escravismo brasileiro, não houve espaço, senão intersticial, para a pacífica coexistência entre senhoras e escravos. Da mesma maneira, não houve muito espaço para a “solidariedade feminina”, e, muito menos, para a emergência de uma escrava “livre enquanto mulher” (...) a opressão da mulher branca em nosso recente passado colonial-escravista não tem contrapartida numa maior liberdade da negra escrava. (GIACOMINI, 1988, p. 88)

Pode-se perceber a semelhança social entre os momentos históricos pós-abolição da escravatura americana e brasileira, e suas consequências existentes até hoje em ambas as sociedades. Esse debate foi muito colocado a partir do legado de Marielle Franco. A vereadora fortaleceu a temática dentro da sociedade brasileira. Destacou, inclusive, a violência física, as altas taxas brasileiras de feminicídio e como as mulheres negras e moradores de comunidades no Rio de Janeiro viviam diariamente a luta pela sobrevivência.

As diferentes formas de supressão da dignidade e dos direitos humanos vividos pelas mulheres negras são expostas por Davis, hooks e Gonzalez, enfatizando o outro tipo de opressão presente no dia-a-dia dessas mulheres, a de classe. Os papéis sociais desempenhados e a falta de cidadania culminam numa luta diária pela sobrevivência, o que foi denunciado pela vereadora no Rio de Janeiro.

Para Marielle Franco não bastava pensar na desigualdade vivida pela mulher, deveriam ser aplicadas políticas públicas destinadas às mulheres negras da favela, pois essas sofrem com a opressão de gênero, raça e de classe.

Mãe preta e a mulata, a perda de identidade e a sexualização das mulheres negras

As obras de Lélia mostram a mulher negra a partir de mulata, doméstica e mãe preta. Além disso, Gonzalez também expõe alguns estereótipos que corroboravam o racismo no Brasil. Incapacidade intelectual, irresponsabilidade e criancice foram características mostradas pela autora ao caracterizar o negro brasileiro na sociedade, naturalizando o racismo. (Gonzalez, 1984)

Giacomini (1988) explicita que na sociedade escravista brasileira, mesmo com a libertação de algumas escravas, a maternidade era somente designada à mulher branca. A escrava teria como papel social o de “mãe-preta” amamentando as crianças brancas – até o momento em que se duvidou da qualidade do leite vindo das negras. A autora também relaciona essa situação com o atual momento, em que as negras ocupam o cargo de babás dos filhos das

mulheres brancas burguesas, relacionando o passado escravista e suas consequências na história político-social brasileira.

Gonzalez mostra como o uso da palavra “mulata” deriva da sexualização da mulher negra, presente também nas obras de Davis e Giacomini. Lélia Gonzalez expõe que o maior medo vivido no dia a dia profissional era de abuso sexual cometido pelo patrão. Davis e Giacomini retratam, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, que quase todos os homens brancos e seus filhos se sentiam com direito de “ter liberdades” com os serviços de cor. O estupro era colocado como natural e consensual, pois os negros eram vistos como “coisa” e a mulher negra objetivada sexualmente não era vista como dona de seu corpo (DAVIS, 2016).

Desde o período da escravidão, a condição de vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas tem sustentado muitos dos mitos duradouros sobre a imoralidade das mulheres negras. Nesse clássico “círculo vicioso”, o trabalho doméstico é considerado degradante porque tem sido realizado de modo desproporcional por mulheres negras que, por sua vez, são vistas “ineptas” e “promíscuas”. (DAVIS, 2016, p. 100)

Giacomini (1988) relata questões semelhantes no passado escravista brasileiro, e mostra que “a continência sexual da branca e a ‘liberdade sexual’ da negra não são senão formas particulares (...) do exercício da dominação patriarcal-escravista”. O que gera um conflito entre brancas e negras, enquanto umas eram oprimidas sexualmente, outras eram sexualizadas, enquanto umas viviam no ócio, a outras cabiam todos os trabalhos domésticos e o papel de “ama”, que posteriormente, torna-se o de empregada doméstica.

Em sua obra *Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*, a autora destaca: “A mulher negra não tinha domínio sobre seu próprio corpo, não tinha identidade (...) é um instrumento e não uma pessoa com identidade e individualidade”. (GIACOMINI, 1988)

Davis (2016) esclarece o mesmo na cultura escravista americana, relatando abusos sexuais cotidianos mesmo depois dos direitos civis, os mesmos abusos vividos pelas mulheres negras durante todo processo da escravidão. Caso houvesse resistência, elas eram levadas para a prisão e sofriam violências semelhantes ao processo de escravidão.

Representatividade política

Marielle Franco foi uma representante de minorias e principalmente das mulheres negras, no entanto, houve muita luta por parte de movimentos sociais e muitos debates sobre qualquer tipo de acesso à política por parte deste grupo social. Até mesmo o direito de votar antes do sufrágio universal ser executado nos Estados Unidos e no Brasil.

Além da questão do que seria mais valorativo, o voto das mulheres brancas ou dos negros, ainda havia disputa partidária na hora de apoio, principalmente para a burguesia industrial do Norte, encontrando representatividade no Partido Republicano. O apoio ao voto negro fazia parte de uma estratégia política. A autora cita o abolicionista Frederick Douglas em debate com sufragistas alertando que o poder político para o negro era urgente por ser, principalmente, um instrumento de defesa contra a violência racista de gangues terroristas (DAVIS, 2016).

Davis (2016) mostra os empregadores brancos com preferências de empregar negros e negras, pensavam que os estavam elogiando, mas na verdade viam os negros como empregados, serviçais. E quando os trabalhadores migraram para o Norte, pensando não ter que lidar com condições agressivas e racistas dos empregadores brancos do Sul, se depararam com o mesmo racismo que vê o negro destinado ao trabalho doméstico, visto socialmente como uma função degradante.

Assim como Angela Davis (2016), bell hooks (2015) também relata a diferenciação das mulheres negras para as brancas durante o sufrágio norte-americano. As questões de Davis são caras, tais como o sistema de contratação de encarceradas. Neste cenário, a população negra sofria muito mais, já que a justiça criminal tinha uma forte tendência de prender os ex-escravos por motivos banais e, diante disso, tornavam-se trabalhadores para pagar suas penas. A autora explica que homens e mulheres ficavam no mesmo espaço e algumas vezes acorrentados, de modo semelhante ao que ocorreu na escravidão.

Não somente na prisão, segundo a ativista, os proprietários de terra faziam com que as mulheres negras trabalhadoras do campo assinassem contratos que passavam a reproduzir condições de trabalho semelhantes às da escravidão, mesmo depois da Guerra Civil. As dívidas geradas por esses contratos tornaram todas elas escravas novamente, de acordo com Davis (2016), tanto as meeiras, como os arrendatários e as assalariadas sofriam com esta situação.

As mulheres negras que viviam nas cidades americanas trabalhavam por volta de 14 horas por dia, moravam com os patrões e tinham serviços majoritariamente domésticos, mais uma vez, semelhante ao que já vivenciavam no período da escravidão. Esse relato de Davis remete

o que é colocado por Lélia Gonzalez, em relação aos três papéis que a mulher negra ocupa na sociedade brasileira: mulata, doméstica e mãe preta de bom coração. Assim também na obra de bell hooks, que mostra que mesmo com o movimento feminista reivindicando o papel doméstico feminino, ele só englobaria as mulheres brancas, pois, enquanto a mulher branca saía para trabalhar fora do lar, fora dos espaços privados, indo em direção ao âmbito público, as negras é cuidariam da casa dessas mulheres brancas, se mantendo nos trabalhos domésticos, elas apenas mudariam de casa.

O mito da democracia racial brasileira

Lélia Gonzalez (1984) mostra ainda que dentro do Brasil, por muito tempo, acreditou-se no lema de que todos eram iguais, como se a sociedade brasileira fosse homogênea em seu acesso à cidadania e direitos sociais. Foi o que se chamou de aceitação do mito da “democracia racial”. Essa ideologia tem como aparato a ideia meritocrática de que todos conseguem ascender socialmente caso se esforcem para tal. Ignora as dificuldades e diferenças de acesso à cidadania por parte da população excluída pelo racismo.

Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro, acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto que, quanto ele se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas [...] nem parece preto. (GONZALEZ, 1984, p.226)

A autora mostra o discurso ideológico através da diferença entre memória e consciência. Memória, segundo Lélia Gonzalez, “a gente considera como o não saber que conhece esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita”, mas “consciência exclui o que a memória inclui” (GONZALEZ, 1984).

Gonzalez explica o fenômeno que bell hooks salientou anteriormente nos Estados Unidos chamando-o de “duplo fenômeno do racismo e do sexismo”. “Para nós o racismo se constitui como sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZALEZ, 1984, p.224).

Fanon aborda o racismo em outra esfera, a questão do embranquecimento, da valorização do negro mais claro chamado mulato e das diferenças sociais referentes ao tom da pele negra. O autor cita exemplos de antilhanos e do contato que tiveram com os brancos, a partir daí surgiu

uma valorização do processo de miscigenação em que houve um parente branco, a chamada ideologia de branqueamento (FANON, 2008).

Acredita-se que a identificação do dominado com o dominador pode influenciar esse processo de não reconhecimento e diferenciação do negro, mesmo que este grupo não tenha os direitos sociais respeitados de forma equivalente ao branco, assim como a “ideologia do branqueamento” (FANON, 2008)

Com um grande número de miscigenados, Frantz Fanon evidencia a mesma relação já mostrada anteriormente por outros autores e autoras de quais papéis sociais a sociedade machista e racista coloca para a mulher negra desempenhar. Fanon dá exemplos de como a mulher negra não poderia se casar com um homem branco, como grande parte dos filhos eram resultado de estupros e mostra que os relacionamentos entre patrões brancos e mulheres negras eram abusivos, o mesmo que foi evidenciado por Giacomini no Brasil, que tem sua origem na escravidão.

Giacomini (1988) exemplifica a questão da maternidade na história da escravidão brasileira. A autora mostra que os filhos não pertenciam à mãe negra escrava. Tornavam-se mão-de-obra escrava, ou seja, propriedade do dono da fazenda. Muitas vezes, a mulher negra teria que amamentar também os filhos das mulheres brancas. Mas, a partir daí, criou-se um mito de que as crianças amamentadas pelas amas de leite não teriam a mesma saúde do que as amamentadas por mulheres brancas.

É possível perceber, segundo Giacomini (1988), que tanto os homens brancos brasileiros como os brancos norte-americanos, pelo relato de Davis (2016), tratavam a mulher negra livre ainda como propriedade e se posicionava não como patrão, mas como senhor de escravos, donos dos corpos de suas empregadas.

Os relatos de Fanon (2008) e Gonzalez (1984) mostram situações semelhantes, explicitando não só o embranquecimento, como a comparação, valorizando o negro “mais claro”.

Os pretos são comparação. Primeira verdade. Eles são comparação, ou seja, eles se preocupam constantemente com a autovalorização e com o ideal do ego. Cada vez que entram em contato com outro, advêm questões de valor, de mérito. Os antilhanos não têm valor próprio, eles são sempre tributários do aparecimento do outro. Estão sempre se referindo ao menos inteligente do que eu, ao mais negro do que eu, ao menos distinto do que eu. Qualquer posicionamento de si, qualquer estabilização de si mantém relações de dependência com o dismantelamento do outro. É sobre as ruínas dos meus próximos que construo minha virilidade. (FANON, 2008, p.176)

Conclusão

Marielle Franco representou um marco na luta por direitos humanos e melhores condições de vida para os mais oprimidos pelas sociedades. A vereadora representou, principalmente, as mulheres negras da periferia, conquistando um grande número de votos. Mesmo depois da sua morte violenta, mais um caso no aumento das taxas de feminicídios no Brasil, tornou-se “semente” para um apelo internacional e um pedido de justiça social não só a fim de desvendar o crime de sua morte, como para a sociedade proteger mais as mulheres negras e pobres, pois permanecem em risco constante.

Mesmo com uma ampliação do movimento negro e feminista nas últimas décadas, a realidade é que as mulheres negras ainda estão, em sua maioria, muito longe de alcançarem cidadania e justiça social em diversos patamares. Nem mesmo, a difusão de informações rápidas pelas redes sociais e tantas mobilizações puderam proteger a vida dessas mulheres. Hoje, ainda são as maiores vítimas de violência física, psicológica e sexual no Brasil. Como foi divulgado pelo portal da ONG Geledés – Instituto da Mulher Negra –, dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que em dez anos (2003-2013) os assassinatos contra mulheres negras aumentaram 54%.

Uma das causas percebidas a partir do que foi relatado é a marginalização do corpo negro naturalizada na sociedade. Uma mulher negra moradora de comunidade, que luta a favor das minorias, dificilmente será aceita pela hegemonia. No caso de Marielle, sua morte gerou enorme comoção na sociedade, apontando assim, uma grande possibilidade de se tornar um mártir.

Com a crescente popularização da história de luta da vereadora, começaram a surgir *fake news* em relação à sua conduta profissional e pessoal. Os falsos relatos foram feitos tanto por pessoas anônimas quanto por figuras públicas. Pode-se observar que a sexualização mostrada por Giacomini também se aplica às calúnias feitas à vereadora, relacionando questões morais e padronizadas socialmente, como a idade que Marielle engravidou e um relacionamento com um traficante no passado.

“Conheçam o novo mito da esquerda, Marielle Franco. Engravidou aos 16 anos, ex-esposa do Marcinho VP, consumidora de maconha (...) eleita pelo Comando Vermelho”, tuitou o deputado federal Alberto Fraga, do DEM-DF.

A grande mobilização em torno da figura da vereadora e socióloga mostra como a desigualdade racial e gênero ainda estão presentes, e esse grupo social ainda sofre com a ausência de representação política.

Marielle Franco foi uma das únicas a lutar contra a violência dentro das comunidades cariocas e combater grupos milicianos e corrupção policial, e no dia 14 de março de 2018 foi executada saindo de um debate sobre reconhecimento de mulheres negras. Em um discurso na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro feito pela vereadora dias antes de sua morte, ela denunciou a violência e opressão contra as mulheres negras e salientou a importância de buscar representatividade política: “Se a gente, mulher negra e favelada, não disputar os espaços de poder, vamos continuar morrendo.” A partir disso, torna-se necessário analisar e avaliar as questões caras a esse grupo social que não somente sofre com a desigualdade, mas também corre, muitas vezes, risco de vida.

Angela Davis colocou questões semelhantes durante o movimento de luta pelo direito ao voto negro e das mulheres. Muito foi debatido no que tange ao alcance da cidadania desses dois grupos, qual deveria ser a prioridade, o voto negro ou o voto da mulher. E Davis não teve dúvida que o voto negro seria mais importante. Pois, quando se trata de uma questão de cidadania, a luta negra é sempre uma questão de sobrevivência.

Referências Bibliográficas

AFREKA. O feminismo negro no brasil: um papo com Djamila Ribeiro. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/notas/o-feminismo-negro-brasil-um-papo-com-djamila-ribeiro/> Acesso em: 4 jun 2019.

DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

EXAME. 21 mar 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/noticias-falsas-sobre-marielle-franco-se-espalham-na-internet/> Acesso em: 25 de mar de 2019.

FANON, F. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GIACOMINI, S. M. *Mulher e Escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

GONZALEZ, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. *Ciências Social Hoje*, p.223-41, 1984.

HOOKS, B. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.16, p.193-210, 2015.

SILVA, T. R.; OLIVEIRA BARBOSA, V.. Repensando os feminismos negro brasileiro e norte americano. *XIV Simpósio Baiano de pesquisadoras (es) sobre mulher e relações de gênero*, p.93-106, 2008.

Consulta aos sites:

www.mariellefranco.com.br. (s.d.). disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/projetos-de-lei-marielle-rio> Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.